



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DE MATO GROSSO – CAU/MT  
1ª SESSÃO PLENÁRIA EXTRAORDINÁRIA

Local: Sede do Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Mato Grosso na Av. Historiador Rubens de Mendonça, nº2368, sala 101, Edifício Top Tower, bairro Jardim Aclimação.

CUIABÁ-MT, 25 DE AGOSTO DE 2017

## ATA DA SESSÃO PLENÁRIA EXTRAORDINÁRIA

Início: 08h30m

Término: 11h40m

### 1. PRESENCAS:

**1.1 MEMBROS DO CAU/MT:** Presidente: WILSON FERNANDO VARGAS DE ANDRADE; Conselheiro Titular: JOSÉ ANTÔNIO LEMOS DOS SANTOS; Conselheiro Titular: JOSÉ DA COSTA MARQUES; Conselheiro Titular: ALTAIR MEDEIROS; Conselheiro Titular: CARLOS ALBERTO OSEKO JÚNIOR; Conselheira Titular: ELIANE DE CAMPOS GOMES; Conselheiro Suplente: BENEDITO LIBÂNIO NETO; Conselheiro Titular: FRANCISCO JOSÉ DUARTE GOMES

**1.2 EQUIPE DO CAU/MT:** Gerente Geral em exercício: THATIELLE BADINI CARVALHO DOS SANTOS; Secretária Geral: MONICA SOARES DE CAMPOS; Assistente Administrativo: THIAGO FERNANDO DA COSTA

**2 ABERTURA DOS TRABALHOS:** Às 08h30m após a verificação do *quórum*, o **PRESIDENTE** inicia a primeira Reunião Plenária Extraordinária do ano de 2017, tendo seu caráter de urgência devido a necessidade da avaliação sobre o curso de Assistência Técnica e a apreciação do Plano Participativo de Desenvolvimento Urbano, com a parceria do CAU, sendo urgente devido a mudança de Gestor no momento. O **PRESIDENTE** solicita a execução do hino nacional. O **PRESIDENTE** retoma a Pauta e relata que o Protocolo 565768/2017 relativos ao PPDU, onde no dia anterior houve a reunião da CEPUA, onde não foi aprovado o projeto a nível da Comissão e então não será apreciado na Reunião Plenária. O **PRESIDENTE** comenta que o próximo ponto de Pauta advém de uma deliberação da CEP, mas que saiu da Pauta, pois houve ponderação do pleno sobre a necessidade de além de se fazer o Workshop, se fazer um curso de preparação dos profissionais para trabalharem com a Assistência Técnica. O Conselheiro **ALTAIR** questiona que não entendeu sobre o assunto, pois a proposta saiu da CEP, mas tinha que ter seguido para a CEPUA. O **PRESIDENTE** relata que não há essa necessidade, pois a CEP já está liderando essa proposta desde o início, não existindo essa hierarquia de Comissões. O Conselheiro **ALTAIR** questiona se o objeto de apoio não está ferindo o Regimento Interno ou alguma Resolução e o Presidente responde que o assunto é competência da Comissão de Exercício Profissional, mesmo as matérias sendo correlatas, é necessário que saia uma deliberação de alguma Comissão. A Conselheira **ELIANE** relata que a CEP não deliberou pelo encaminhamento do processo à CEPUA, mas sim ao Plenário, na reunião de 10 de Abril. Aponta que solicitaram pelo enfoque da participação das Prefeituras e também o envolvimento dos novos profissionais nesse curso, destinando 30 vagas para os profissionais e mais 10 vagas para participação popular. A Conselheira comenta que a princípio, a deliberação solicitou que o curso acontecesse até o dia 15 de Setembro, mas que poderia ser alterado para após as Eleições para que não haja nenhum cunho político. O Conselheiro **BENEDITO LIBÂNIO** relata que primeiramente gostaria de parabenizar a Conselheira Eliane pela iniciativa, mas que gostaria de entender melhor a proposta de quem são os profissionais que irão fazer as palestras, pois na Plenária que se discutiu o evento solicitou que a FETHAB participasse do evento. Aponta que houve uma moção dessa necessidade de ter essa discussão além da Assistência Técnica, sendo interessante primeiro qualificar os profissionais de maneira bastante articulada com a sociedade, para se transformar em um projeto de lei. O Conselheiro **BENEDITO LIBÂNIO** relata que o CREA iniciou um processo bastante incipiente sobre Assistência Técnica, mas que seria apenas uma bolsa materiais sem o acompanhamento da execução. O Conselheiro questiona como a CEP pensou sobre o Workshop, quem seriam os palestrantes, como serão os temas e qual foi a metodologia definida para isso. A Conselheira **ELIANE** aponta que a princípio se tem como palestrante do Workshop o Fernando Amilcar do Programa Vivenda, Vivian Moradigna e Luiz Armento, sendo todos Arquitetos. Comenta que em relação ao curso foi discutido com a Juliana da UFMT, para envolver diversos profissionais de todo o Estado. Relata que a ideia é ter os 30 profissionais Arquitetos e 10 Presidentes de bairro, sendo





uma condição inicial podendo ser repetida na próxima Gestão e em outras cidades. A Conselheira comenta que a princípio o CAU tem esse dinheiro para execução e que a AMM se dispôs a apoiar também. O Conselheiro **JOSÉ DA COSTA** questiona qual seria o valor do apoio do CAU e se estaria previsto no orçamento e a Conselheira Eliane responde que há R\$ 42 mil que está previsto desde o início do ano para a Assistência Técnica. Acredita que o CAU não pode deixar de fazer esse projeto, pois trata-se de uma necessidade básica. O **PRESIDENTE** relata que além de ter o orçamento, faz parte de uma ação do Plano Estratégico do CAU/MT de 2017 para execução. Aponta que os cursos serão ministrados pelas Universidades com ajuste de toda parte pedagógica e de certificação. Comenta que há uma programação prévia com uma parte teórica, em sala de aula e uma parte prática de visita nas habitações, para demarcar o papel do profissional. O **PRESIDENTE** comenta um módulo será focado na Assistência Técnica na forma da lei, com apoio integral do poder público e o outro módulo de melhoria habitacional, tendo embasamento para começar os trabalhos. Aponta que a AMM está disposta a contribuir com o chamamento dos Prefeitos para abrir essa discussão, sendo colocado como uma necessidade pública. O **PRESIDENTE** relata que o recurso para o projeto será o que já está destinado mesmo, sendo enquadrado por formato e caso ultrapasse o valor, será feito cobrança com taxa de inscrição, para cobrir eventual indisponibilidade orçamentária. O Conselheiro **JOSÉ ANTÔNIO** cumprimenta a CEP por este trabalho, sendo importante para os profissionais e para a qualidade de vida nas cidades. Relata que o Workshop e os cursos têm um quê de pioneirismo, pois trata-se de uma lei recente no Brasil e que poucas pessoas sabem como é, tendo a participação do CAU como pioneiro também. Aponta que ajudará a construir a Assistência Técnica gratuita para o povo, sendo um assunto urgente para se discutir. O Conselheiro **BENEDITO LIBÂNIO** acredita que todos os Conselheiros poderiam contribuir no formato desse Workshop e questiona qual o critério para a escolha dos palestrantes e se os mesmos têm uma experiência de vivência nesse processo. Aponta que a luta da Assistência Técnica é histórica e que veio da Federação dos Arquitetos, sendo importante essa experiência para contribuição dos pontos positivos e negativos. A Conselheira **ELIANE** responde que tanto os palestrantes Fernando e Vivian possuem experiências e acredita que todos têm feito um bom trabalho, sendo importante essa questão. O **PRESIDENTE** relata que foi pensado nessa questão do histórico da Assistência Técnica e que a Universidade de Brasília/DF encampou o projeto e a lei, com apoio do IAB e do Sindicato do DF e que se materializou no Distrito Federal, com a execução pelo Governo de toda a sua concepção. O **PRESIDENTE** comenta que o CAU/MT está se baseando nessa experiência do Distrito Federal e alinhada com a lei, tendo uma visão que não haja uma dependência eterna do Governo e que a sociedade tenha essa visão de trabalhar pela melhoria. Aponta que a ideia do Workshop seria confrontar essas experiências e iniciar os trabalhos dando alternativas nas ações. A Conselheira **ELIANE** relata que sua vontade começou desde a entrada no CAU e que alguns que começaram essa ação não tinham tanta experiência. O Conselheiro **FRANCISCO** relata que essa questão da lei de Assistência Técnica, quando participaram das palestras do EREA, percebeu que poucos já ouviram falar sobre o assunto e que o CAU deveria trabalhar com esse tema, principalmente para divulgação, já que até os profissionais também não tem essa noção correta. Aponta que essa divulgação é para mostrar aos Arquitetos, Prefeitos e a comunidade que existem outras formas de trabalho e não somente os projetos de alto padrão, preparando os mesmos com criação de planos e modelos. Comenta que como está previsto no orçamento do Conselho, não tem porque não executá-lo. O Conselheiro **CARLOS** também acredita que a ação deve ser executada e parabeniza a Conselheira Eliane pelo projeto. Acredita que há uma institucionalização que poderia somar com esse projeto e com essa ação, que seria o IAB/RS, IAB/PR, o projeto um Teto para meu país e o Ministério das Cidades, pois já estão em andamento com as ações. O Conselheiro **CARLOS** relata que conhece os programas Vivenda e o Moradia Digna, sendo interessante somar os esforços dessas instituições para a Assistência Técnica. Acredita que deve haver uma construção, um debate maior de como podem ser feitos os trabalhos, o público alvo e a construção das metas. Relata que está à disposição junto com o IAB/MT para somar com essa ação. O **PRESIDENTE** acha importante sim essa participação, devendo ser incentivado para que o profissional compareça ao evento para os debates, pois o resultado do Workshop pode refletir diretamente no projeto. Aponta que não é uma ação que começa e termina neste ano, mas sim contínua. O **PRESIDENTE** relata que como o Plano para 2018 será feito este ano, contemplará essa ação também para continuidade. Aponta que o CAU já estrou em contato com as Associações de bairro de Cuiabá/MT e do interior do Estado, para que haja um envolvimento deles nesta mobilização. O Conselheiro **ALTAIR** relata que em relação ao projeto de Assistência Técnica, houve uma falha ao não se concretizar a forma de implantação dessa lei e uma demora. Comenta que após a criação do CAU veio à tona essa discussão e que como o FNA já trabalhou nesse debate e o próprio IAB também, relata que é a favor da execução do projeto, mas que tem algumas considerações. Aponta que o CAU/MT demorou para executar o projeto





que estão no mês de Agosto, mas poderia ter sido trabalhado antes e todos sabem que estão em período eleitoral da Autarquia CAU, sendo um fator a se pensar. O Conselheiro **ALTAIR** relata que esse estudo que está sendo feito neste projeto apresentado, deve ser contemplada a participação do IAB e não mais do SINDARQ, pois constatou que o mesmo não existe mais, devido a não conseguir se manter. Aponta que a lei 12.378 que não deu condição nenhuma de apoio as Entidades de Classe e que já ouviu de alguns colegas Conselheiros Federais que o IAB somente aparece no CAU para solicitar dinheiro. O **PRESIDENTE** acredita que o Conselheiro Altair deve se ater a Pauta e finalizar o mais breve possível. O Conselheiro **ALTAIR** acredita que considerando o período eleitoral, a sua proposta é que nenhum Workshop ou outro evento possa ser feito nesse período, sendo programado para o mês de Novembro, dando continuidade posteriormente para a próxima Gestão. O Conselheiro **ALTAIR** acredita que nesse período eleitoral, onde Conselheiros, professores e Arquitetos estão em Chapas e também participando desse processo, acaba sendo um *merchandising*, pois não será feita uma campanha eleitoral diretamente, mas na medida que aparece seu nome, sua imagem, já está sendo beneficiado automaticamente, mesmo sem falar de política ou de eleição. O Conselheiro comenta que apesar da Resolução informar que o período eleitoral começará no dia 10 de Setembro e que talvez essa Plenária Extraordinária foi até convocada para cumprir essa data, aponta que aprova o Workshop para o mês de Novembro. O **PRESIDENTE** relata que foi dito anteriormente, que o evento será no mês de Novembro, não tendo nada previsto para agora, mas é necessário aprová-lo hoje para poder trabalhar na contratação das Universidades, sendo um processo de negociação muito longo. Aponta que aprovando agora, poderão já abrir as inscrições para uma estatística da demanda e se programar para um Calendário de cursos. O **PRESIDENTE** comenta que não tem nenhuma questão vinculada com as Eleições e o CAU não pode parar porque tem Eleição. Relata que a matéria da CEP foi do dia 10 de Abril e realmente até Agosto transitaram alguns meses e que se não viabilizarem para Novembro, não será possível fazer este ano. O Conselheiro **JOSÉ DA COSTA** comenta que essa demanda já é antiga, reivindicando o porquê de não terem um "SUS" para o CAU, contemplando as pessoas que não tem condição de arcar com os custos. Questiona se já existe um cronograma das ações em relação ao número de palestras, o local e o desenho geral desse projeto. A Conselheira **ELIANE** relata que o Workshop será de apenas 1 dia, com os 3 palestrantes citados e a partir disso, seria desdobrado em cursos. O Conselheiro **JOSÉ DA COSTA** questiona o que será contemplado nesse orçamento de R\$ 42 mil, além do Workshop e a Conselheira Eliane responde que englobariam os cursos também, pois a Universidade não vai participar com nenhuma verba, apenas com espaço e o pessoal. O Conselheiro comenta que em relação ao curso deixar claro, de acordo com o que foi dito pelo Conselheiro Francisco, de Arquitetura não ser apenas para o alto padrão, aponta que o alinhamento ideológico e a conjuntura do CAU como instituição seria totalmente voltado para Arquitetura de baixo custo, existindo um preconceito aos profissionais que atuam com alto padrão. O Conselheiro **JOSÉ DA COSTA** comenta que acaba tendo uma marginalização desses profissionais, tendo que ter um discernimento sobre essas questões. Acredita que houve tempo para se fazer isso e que trata-se de algo muito importante, mas ter uma Extraordinária para se aprovar isso, a 10 dias das Eleições e sem a participação do IAB, deve ter um respeito desses prazos. O Conselheiro **JOSÉ DA COSTA** aponta que como estão em período eleitoral, pode não ser interessante e prejudica quem está interessado em participar do pleito. Comenta que não tem nenhum óbice sobre este projeto, mas concorda com o que foi dito pelo Conselheiro Altair, sobre o prazo da implantação e não parecer que o recurso foi utilizado para privilegiar algum candidato. Relata que tem 8 semanas e acredita que também é um período curto para as ações. O Conselheiro **JOSÉ DA COSTA** comenta que existem algumas pessoas envolvidas com o pleito e que se aguarde todo esse período para a continuidade das ações. O Conselheiro **JOSÉ ANTÔNIO** comenta que também é favorável ao cumprimento do prazo da legislação do período eleitoral, mas também não fazer nenhuma ação nesse período, acaba sendo tudo o que uma Chapa não declarada quer. Aponta que o CAU está tentando fazer algo bom, mas que não podem ficar com o bônus, apenas com o ônus da situação. Aponta que participará de uma entrevista e questiona como deve se portar? Sentar de costas para a televisão? Somente por ser ligado a Chapa? Relata que continua sendo um Arquiteto bem visto com a mídia e a sociedade, não tendo como escapar dessas situações. Questiona se terá que parar com isso? O Conselheiro **JOSÉ ANTÔNIO** relata que irão reclamar, pois o CAU teve o valor de R\$ 42 mil em caixa, mas não fez nenhuma ação. A Conselheira **ELIANE** relata que desde o mês de Abril estão tentando aprovar essa deliberação e que caso não seja aprovada, não saíra esse projeto. E é a nossa obrigação utilizar o dinheiro de forma eficiente. O **PRESIDENTE** comenta que há um compromisso legal com a execução desse orçamento do CAU e à não execução desse valor ensejará em justificar para o Tribunal de Contas, o motivo de não ter aplicado o que estava no Planejamento Estratégico. O **PRESIDENTE** relata que é muito clara a diferenciação do processo eleitoral com a atividade do CAU, não tendo que





ficar parado nas suas atividades até o final do mês de Outubro, apenas por estar em processo eleitoral.

170 Aponta que o Plenária está apreciando duas Pautas, sendo que uma não foi passada na Comissão e  
171 com a discussão de outra, onde já houve uma aprovação e somente precisando iniciar as aberturas de  
172 viabilização para que aconteça no mês de Novembro. O **PRESIDENTE** comenta que não será feito ne-  
173 nhum evento no momento e nenhuma Campanha, apenas aprovar para a abertura das inscrições e relata  
174 que a participação do IAB é sempre bem-vinda. Aponta que quando o Conselheiro Carlos assumiu a  
175 Presidência do IAB, foi chamado pelo CAU para apoiar o IAB e que desde o mês de Abril, não houve  
176 manifestação do IAB nem mesmo nas Plenárias, apenas hoje. O **PRESIDENTE** comenta que não há  
177 problema algum nessa parceria com as Entidades e que o IAB é sempre bem-vindo, sempre manifestou  
178 apoio no seu resgate, mas não tem como o CAU interferir em outra Entidade. Aponta que está publicada  
179 a intenção de ser instituído o CEAU e o IAB até se manifestou e o Conselheiro **CARLOS** relata que as  
180 conversas foram informais apenas. O **PRESIDENTE** comenta que o CAU sempre esteve de portas abert-  
181 tas, não sendo uma objeção nesse sentido e que o projeto foi trabalhado pela CEP, passado pelo Con-  
182 selho Diretor, direcionado para a Plenária, retirado da Pauta da Plenária, não sendo justo dizer que não  
183 há a participação de todos os Conselheiros. O **PRESIDENTE** relata que os Conselheiros Carlos Oseko,  
184 Francisco, Eliane, participam da CEP, embora a Suplente do Conselheiro Carlos que participe da reunião,  
185 não isenta o conhecimento do fato. O **PRESIDENTE** acredita que transformar uma ação do CAU em uma  
186 ação política, não é de quem se declarou candidato, mas sim de quem não se declarou candidato e está  
187 tentando de alguma forma criar fato político. Aponta que é necessário aprovar ou não aprovar essa ma-  
188 téria, para construir um evento com segurança jurídica e financeira dessa ordem. O Conselheiro **BENE-  
189 DITO LIBÂNIO** relata que esse tema é importante e relevante para a discussão e enfatiza a fala do  
190 Conselheiro Francisco, sobre a Assistência Técnica para a abertura de mercado para novos profissionais.  
191 Aponta que em 2007 foi lançada a lei federal de Assistência Técnica, uma lei política urbana genérica e  
192 em cada município cabe fazer sua legislação própria, mas que não foi implementada por eles. O Conse-  
193 lheiro relata que sempre defenderá os Arquitetos e sua valorização profissional, com honorários justos.  
194 O Conselheiro **BENEDITO LIBÂNIO** comenta que é um cenário preocupante para o futuro e que sempre  
195 comparam a lei de Assistência Técnica ao SUS, mas os valores praticados no SUS são defasados e  
196 baixos. Acredita que os municípios não implementaram ainda a lei por falta de recurso e que os valores  
197 devam ser justos, dando dignidade de sobrevivência. Questiona de onde virá esse valor, se do Estado,  
198 do município, se terá previsão na LOA e o CAU precisa discutir de maneira técnica. O Conselheiro **BE-  
199 NEDITO LIBÂNIO** acredita que deve ser criada assistência, mas com valores dignos de trabalho. Aponta  
200 que todos são favoráveis a implantação dos cursos e do Workshop, mas concorda com a preocupação  
201 em relação ao período eleitoral. Comenta que em relação a Loriane, se caso ela esteja em alguma Chapa,  
202 a parceria do CAU com a Uniselva deve ser totalmente institucional, não sendo o momento para se ter  
203 nomes ou propostas. O Conselheiro **BENEDITO LIBÂNIO** aponta que deve ser criada uma ementa na  
204 CEP, com contribuição na CEPUA e criar um Edital de Chamamento conduzido pela Uniselva, mas ainda  
205 estender um pouco mais as discussões. Acredita que o formato poderia ser também de um Seminário e  
206 que precisarão ter atores que são fundamentais como o Município; indicaria o Conselheiro Carlos contri-  
207 buindo com o trabalho no IAB, quanto na Prefeitura de Campo Novo do Parecis; a FEMAB articulando  
208 com os movimentos sociais; a Câmara Municipal para instigar os Vereadores; um representante do Mi-  
209 nistério das Cidades, pois trata-se de uma lei federal com recursos federais; assim, com todos esses  
210 atores será desmembrado em algo positivo. O Conselheiro **BENEDITO LIBÂNIO** comenta que a próxima  
211 Gestão possa dar continuidade, mas mesmo assim se preocupa, mesmo com os cuidados da Conselheira  
212 Eliane e que essas contribuições foram feitas na Plenária que apresentou o projeto, mas que não foram  
213 contempladas. O **PRESIDENTE** relata que foram contempladas sim, que foi feito um contato com a FE-  
214 MAB e que o CAU tem sempre essa preocupação com todos os municípios, todos os Arquitetos do Estado.  
215 Aponta que foram feitos outros contatos também e relata que a Assistência Técnica é um trabalho muito  
216 complexo e com 10 anos de criação da lei nada foi feito ainda. Comenta que não tem como criar uma  
217 Comissão exclusiva, será tratado na CEP e o trabalho está bem adiantado. O **PRESIDENTE** aponta que  
218 o leque apresentado pelo Conselheiro Benedito Libânio é grande, não tendo como o CAU conduzir tudo,  
219 com entes como o Ministério das Cidades que já deveriam estar trabalhando com isso. Comenta que  
220 independente de ser um Workshop ou um Seminário, não isenta a participação dos presentes, sendo  
221 importante esse debate de abrir o tema, uma inovação que oportuniza o trabalho. O **PRESIDENTE** acre-  
222 dita que esse trabalho será amadurecido, quando conhecerem o projeto feito em Brasília/DF que con-  
223 templa a definição do projeto arquitetônico, com as possibilidades para ampliar habitações e construir  
224 casas onde a sociedade clama por urgência. O **PRESIDENTE** comenta que a ideia seria de que a Plenária





autorize o início do processo e não postergue, pois será declarada a inexecução desse projeto. O Conselho **FRANCISCO** complementa a fala do Conselheiro José da Costa em relação a visão, onde sua leitura diz que se priorizam certas ações em detrimento dos grandes escritórios. Aponta que todos têm escritórios constituídos e observa que o recém formado foca nos grandes escritórios, mas esse processo de construção tem que ser mostrado, para que os recém formados possam entender que é possível chegar ao topo da carreira. O Conselheiro **FRANCISCO** acredita que a visão é contrária, pois abrindo oportunidades na base a populações mais carentes, que são aliviados os baixos preços dos escritórios de Arquitetura. Relata que não existe uma preocupação da área pública em produzir planejamento, onde Urbanismo e Assistência Técnica devem caminhar em paralelo e aliviar a pressão de quem trabalha em escritórios privados. O Conselheiro **ALTAIR** aponta que foi dito que a experiência de Brasília/DF é a mais eficaz e mais adiantada, mas relata que na experiência do CAU/MG escolheram 5 (cinco) cidades para se colocar o projeto da Athis, no qual lançaram um Edital de Chamamento para cinco vagas, com apoio da Universidade Federal para montar os cursos e treinar os profissionais. Relata que o dinheiro foi para custear a Universidade e os cursos e pagar os profissionais com seus respectivos projetos. O Conselheiro **ALTAIR** comenta que o CAU/MT não vai parar por causa das Eleições, vai continuar fazendo suas ações e relata que indagou o Advogado do CAU/BR sobre a aquisição do imóvel e que não teria nenhum impedimento, desde que não se faça divulgação e nem inauguração de sede. O Conselheiro **ALTAIR** comenta que é totalmente contra ser aprovada essa proposta antes ou no período eleitoral, sendo interessante para o mês de Novembro após as eleições, sem divulgação de projetos de Assistência Técnica antes disso no site do CAU, com menção ao Presidente Wilson, a professora, nada disso. O Conselheiro acredita que esse processo já começou moralmente, na questão de que se tem uma Chapa declarada e outra não declarada. O Conselheiro **JOSÉ ANTÔNIO** aponta que os procedimentos devem seguir a legislação e acredita que nesse caso não se infringiu. Comenta que em relação a esse projeto, a Assistência Técnica é algo novo e com certeza a CEP pegou diversas experiências e que servem para agregar outros elementos. Acredita que a ideia é que aprovarão um início para esse projeto. O **PRESIDENTE** esclarece que sobre a experiência de Minas Gerais deve ser considerado o valor disponibilizado, sendo que o Orçamento deles é cerca de sete vezes maior que o do CAU/MT, tendo recurso para pagar Universidade e custear um projeto. Aponta que o CAU/MT está calçado na legislação e acha temerário o CAU escolher uma ou outra família e pagar um ou outro profissional, tendo que ter um critério muito grande para não privilegiar alguém. O **PRESIDENTE** comenta que no primeiro momento, será levado o conhecimento aos profissionais e a sociedade para entenderem o projeto e que a experiência de Minas Gerais é pessoal, com sua realidade. Aponta que muitos CAU's estão escolhendo essa proposta de conscientização e concepção da lei, devido ao recurso pequeno. O **PRESIDENTE** relata que o profissional somente assumirá a Assistência Técnica se tiver afinidade e o CAU não estará induzindo ninguém. Aponta que o Workshop fará esse debate e que no final pode ser elaborado um documento, não tendo como objetivo fazer uma revolução, mas um início de acordo com o Orçamento. A Conselheiro **ELIANE** relata que entraram em contato com a Athis, mas a questão financeira pesa nesse custo deles. O Conselheiro Benedito Libânio aponta que tem essa preocupação também e sugere a aprovação do Workshop para o mês de Novembro e o curso aguardará um pouco. O Conselheiro **CARLOS** aponta que em relação ao abordado sobre convite formal ou não, comenta que é uma questão de organização, pois se tem muitas ações de resolução das questões passivas do Instituto. Comenta que o respeito existe sim, dentro e fora do IAB e que se tenha uma organização, pois convites no momento que estão conversando ou nos corredores é complicado, tem que ter uma formalidade. O Conselheiro **CARLOS** comenta que não vê nenhum problema o CAU fazer um simples Ofício de encaminhamento e que o IAB recebe Ofícios do Ministério Público, do Estado e da AMM, sendo uma questão de respeito. O Conselheiro **CARLOS** discorda da fala do Presidente em relação a que foi dito de que o CAU está de portas abertas, pois é fácil falar, mas ninguém foi convidado para uma conversa de construção, gerenciar energia para organizar o passivo. Aponta que acima de tudo seria uma questão de respeito e quando houver um convite, se coloca à disposição para um diálogo em qualquer momento. O Conselheiro **CARLOS** relata que não seria a questão de por ser Conselheiro, já saber de tudo o que acontece, mas de organização das atividades e que não soube que esse projeto de Assistência estava andando, pois se ausentou em algumas reuniões. O Conselheiro **CARLOS** aponta que por serem colegas e se encontrarem nos corredores, isso acaba sendo perdido sobre a formalidade e a organização. Relata que se houver essa indicação mencionada pelo Conselheiro Benedito ao IAB, não se indicará, pois dentro das ações do IAB é trabalhado com Gestão e Liderança e que participará como líder de projeto do Moradia Digna. O Conselheiro **CARLOS** comenta que o tema é muito importante e que seria deselegante e constrangedor ser contra esse projeto, pois é muito positivo para a profissão e a sociedade. Acredita que houve muita contribuição na reunião de hoje e que poderia





ter sido maior com a participação do líder de projeto do IAB, por exemplo, somando mais ainda. Parabe-  
283 niza a Conselheira Eliane pelo trabalho e que o IAB teria o maior prazer em participar na construção,  
284 indicando o líder de projeto da Assistência Técnica para os trabalhos. O Conselheiro **CARLOS** relata que  
285 não é preciso ter pressa e que o Orçamento deve ser executado de acordo com a legislação e a legalidade  
286 Regimental, tendo tempo de construir o projeto até o mês de Novembro. O **PRESIDENTE** relata que se  
287 um Presidente do Conselho convida um Presidente do IAB, ainda que sejam em diálogos informais para  
288 estabelecer uma reunião para um possível projeto, o convite é válido e que não abrir esse canal não  
289 partiu do CAU. Aponta que o Conselheiro Carlos nunca manifestou uma expectativa de atender esse  
290 convite e que é sempre convidado pelo MP, Associação e outras Entidades via telefone e nunca recusou  
291 por não ser formal. O **PRESIDENTE** também faz isso de ligar e nunca teve problema, mas esperar que  
292 o CAU mande um convite ao Presidente do IAB para conversar é uma formalidade que não é necessária.  
293 O **PRESIDENTE** relata que convidou pessoalmente, mas que não teve iniciativa e esse assunto não é  
294 Pauta. Retorna a Pauta e comenta que foi cogitado fazer esse evento e que na Plenária da época, tinha  
295 sido deliberado que incorporasse o curso, tendo sido sugestão do Conselheiro Eduardo. Aponta que  
296 desde o mês de Abril foi feita uma construção de como fazer e a sugestão atual é de se fazer um  
297 Workshop e após um curso, posteriormente apenas. O **PRESIDENTE** relata que houve esse contato com  
298 as Universidades Federal e Estadual, que conjuntamente estão realizando os trabalhos. Aponta que as  
299 sugestões de deixar o evento para depois não seria o caso, pois poderia se prever no Orçamento de  
300 2018 esse recurso. O Conselheiro **BENEDITO LIBÂNIO** comenta que trata-se de uma questão adminis-  
301 trativa, pois um caso seria aprovar o Workshop e o outro aprovar um curso que não tem uma ementa,  
302 sendo desconhecido pelos Conselheiros e não gostaria de aprovar algo sem saber. O **PRESIDENTE**  
303 comenta que não está pedindo para aprovar a execução do curso, mas o formato, se será um Seminário  
304 mais um curso. Aponta que em relação ao conteúdo e quem serão os palestrantes, pode ser objeto da  
305 Plenária do próximo mês e no caso, será autorizada uma ação para se levar a proposta para a Universi-  
306 dade. O **PRESIDENTE** relata que não está sendo exigida uma carta branca para se fazer o que quer,  
307 mas uma operacionalização do processo que precisa ter, para fechar o Orçamento e a Plenária aprovar.  
308 Comenta que não há nenhum problema da Conselheira Eliane convidar algum palestrante e encaminhar.  
309 O Conselheiro **BENEDITO LIBÂNIO** aponta que o CAU é uma Autarquia Federal e responde por toda  
310 uma legislação. Comenta que tem em Cuiabá/MT outras Universidades e qual seria o critério feito para  
311 escolher a UFMT e se preocupa, pois esses trabalhos demandam um Termo de Referência e um Edital  
312 de Chamamento. Aponta que não está questionando a qualidade técnica, mas a forma processual até  
313 para resguardar a Conselheira Eliane, sendo contribuições. Relata que o Plenário não autorizou que se  
314 tivesse um diálogo com essa instituição escolhida e aponta o professor Metelo que faz parte da UNIVAG  
315 que poderia contribuir muito. O **PRESIDENTE** comenta que o fato de se colocar a UFMT, é pela condição  
316 de ser pública, sendo uma prerrogativa diferenciada e no caso de Instituições privadas, seria o caso de  
317 se abrir uma licitação. Aponta que a instituição pública pode ser por convênio e a privada tem outra  
318 formatação operacional. O **PRESIDENTE** relata que não está sendo contratado um serviço, mas discu-  
319 tindo um Orçamento e a aprovação seria em outro momento. Aponta que se a Plenária não aprovar e  
320 ficar para o mês de Novembro, terá apenas um mês para a ação, pois em Dezembro é época de férias,  
321 transição de Conselheiros com posse e comprometeria o Calendário. O Conselheiro **BENEDITO LIBÂ-**  
322 **NIO** concorda, mas relata que na discussão de ontem onde o PNUD seria um grande parceiro em função  
323 de não se abrir um processo licitatório, lembra que sobre o regime direto de contratação, a UNEMAT está  
324 sendo investigada em relação ao VLT, justamente por ser uma parceira da Assembleia de forma direta.  
325 Relata que se preocupa muito com essa pressa, sem uma legalidade de um processo licitatório por Ins-  
326 tituições. O Conselheiro comenta que mesmo que seja demorado, que seja com segurança jurídica. O  
327 Conselheiro **ALTAIR** acredita que deve ser feita uma proposta para o Plenária aprovar, pois o recurso  
328 disponível não contempla o curso de Assistência Técnica e a Conselheira Eliane relata que será discutido  
329 na CEP. O **PRESIDENTE** relata que a proposta é fazer um Workshop em Novembro agregado com o  
330 curso de Assistência Técnica. Aponta que para realizar o evento é preciso uma série de providencias,  
331 que devem ser aprovadas em Plenária. Comenta que se a Plenária não for aprovar o Workshop, não tem  
332 sentido discutir, mas caso tenha interesse o evento deve ser amarrado posteriormente. O **PRESIDENTE**  
333 comenta que essa deliberação será liberada para a equipe do CAU iniciar os trabalhos e o Conselheiro  
334 Altair e José da Costa não concordam. O Conselheiro **ALTAIR** solicita que já venha para o Plenário, o  
335 processo iniciado com todos os custos e propostas para aprovação. O **PRESIDENTE** aponta que o que  
336 está sendo apresentado, já foi debatido em Plenária e no caso não está tendo nenhuma evolução no  
337 processo com essas discussões. Relata que na Plenária anterior que aprovou o Workshop deveriam ter

h





338 feito esses apontamentos. O Conselheiro **BENEDITO LIBANIO** questiona se o CAU/MT estava prepara-  
339 rando algum evento para o Plano Diretor ou para a Assistência Técnica. O **PRESIDENTE** comenta que  
340 esse projeto de Assistência Técnica foi adiado por volta de cinco vezes, remarcado e o Conselheiro Be-  
341 nedito aponta que não foi aprovado em Plenária. O **PRESIDENTE** relata que a agenda do CAU acontece  
342 independente de qualquer coisa e que foi remarcado várias vezes esse evento, ficando agora para o mês  
343 de Novembro. Aponta que deve ser aprovada a matéria pelo sim ou pelo não. O **PRESIDENTE** tem a  
344 preocupação, pois esse orçamento deve ser executado já que está previsto, sendo que nos meses de  
345 Setembro e Outubro os detalhamentos devem ser feitos para realização do evento. O Conselheiro **JOSÉ**  
346 **DA COSTA** relata que na reunião de ontem não teve um consenso sobre o que foi proposto, foi sugerida  
347 a redução de municípios para enquadrar no orçamento, mas que não foi aceita. O **PRESIDENTE** constrói  
348 a proposta para realização do Workshop de Assistência Técnica a ser realizado no mês de Novem-  
349 bro/2017 - Protocolo 506652/2017 - Deliberação nº 88/2017 CEP-CAU/MT, associado ao curso de Assis-  
350 tência Técnica recomendado pela Plenária, com o orçamento previsto no Plano de Ação 2016. O Conse-  
351 lheiro **JOSÉ DA COSTA** acata a proposta do Conselheiro Altair, para que essa Pauta somente retorne no  
352 mês de Novembro após o período eleitoral. O Conselheiro **BENEDITO LIBÂNIO** aponta que a proposta  
353 é da Conselheira Eliane e não deve ser discutida pelo Conselheiro José Antônio Lemos. O Conselheiro  
354 **JOSÉ ANTÔNIO** lembra que a Plenária está sendo transmitida na internet, os profissionais estão assis-  
355 tindo. O Conselheiro **BENEDITO LIBÂNIO** comenta que são ações de manobra da Diretoria, convocando  
356 uma Reunião Extraordinária sem antes ter adesão em Comissão, sendo que é isso que o Conselheiro  
357 José Antônio deve respeitar, que é a todos os colegas do estado de Mato Grosso. Nesse momento o  
358 Conselheiro José Antonio Lemos e a Conselheira Eliane Gomes deixaram a Plenária. O **PRESIDENTE**  
359 relata que o CAU respeita dos os profissionais e o Conselheiro Benedito Libânio comenta que não está.  
360 O **PRESIDENTE** sugere que tenha respeito com a instituição CAU, com a Presidência e com os Conse-  
361 lheiros. Aponta que ninguém foi agressivo até então e retorna para a votação, com a proposta apresen-  
362 tada, votando a favor ou contra. O Conselheiro **JOSÉ DA COSTA** comenta que não vota na proposta  
363 apresentada e o Presidente aponta que se vote contra. Aponta que deveria ser votado apenas se aprova  
364 ou não a realização do evento e o Presidente relata que já existe uma recomendação da Plenária sobre  
365 isso. O **PRESIDENTE** acredita que diante das controvérsias, o tema deve retornar para a Comissão de  
366 Exercício Profissional trabalhar a proposta e que na próxima Plenária seja apresentado um conteúdo  
367 mais consistente. O Conselheiro **JOSÉ DA COSTA** relata que como o tema foi trazido para essa Plenária  
368 Extraordinária, deve ser votado e não retirado de Pauta. O **PRESIDENTE** aponta que não está sendo  
369 respeitada a recomendação da Plenária anterior e o caminho é retornar para a CEP fazer as considera-  
370 ções. O Conselheiro **JOSÉ DA COSTA** comenta que a questão seria do prazo que foi colocado, sem um  
371 cronograma e uma programação. Aponta que nenhum Conselheiro é contra o projeto, apenas da forma  
372 como se está fazendo, o protocolo deve ser mantido, a Pauta cumprida, pois marcar uma Reunião Extra-  
373 ordinária inócua seria apenas para gerar despesas. O Conselheiro **FRANCISCO** acredita que deixar para  
374 realizar o evento no mês de Novembro, ficará muito no limite do prazo e o Conselheiro José da Costa  
375 aponta que essa proposta irá voltar na questão do período eleitoral, sendo um empecilho para os trabal-  
376 hos. O Conselheiro **ALTAIR** relata que as Eleições serão no dia 31 de Outubro e a CEP pode trabalhar  
377 a proposta e prepara-la, sendo apresentada em uma Plenária Extraordinária no final do mês de Outubro.  
378 O Conselheiro **FRANCISCO** acredita que está havendo uma preocupação que não existe, pois está  
379 sendo feito um trabalho interno e questiona seria o problema dele estar sendo tratado no período eleito-  
380 ral? O Conselheiro **JOSÉ DA COSTA** relata que justamente o projeto será levado para a primeira Plenária  
381 após as Eleições. O **PRESIDENTE** relata que existe um orçamento executado para 2017 e a sua não  
382 execução é considerada uma falta para o Conselho. Acredita que a proposta do Conselheiro Francisco  
383 está muito resistente, marcando para a próxima Plenária a apresentação dos orçamentos e do conteúdo  
384 programático. O Conselheiro **FRANCISCO** aponta que o preço das passagens ficará maior, caso seja  
385 deixado tudo para o mês de Novembro e o Conselheiro José da Costa relata que ninguém nunca preocu-  
386 pou com passagem, mas sim a preocupação da questão eleitoral. O Conselheiro **JOSÉ DA COSTA**  
387 aponta que esse projeto ficou 3 anos sem andamento e é marcada uma Reunião Extraordinária, pois tem  
388 que executar e fazer tudo no período eleitoral. Comenta que está claro e que é contra, pois pegarão  
389 recurso da instituição e investirão em campanha eleitoral de "fulano, beltrano e cicrano". O **PRESIDENTE**  
390 relata que não podem misturar as coisas e o Conselheiro José da Costa questiona o porquê de se fazer  
391 um projeto no período eleitoral O **PRESIDENTE** comenta que está sendo apenas analisado o planeja-  
392 mento, por se tratar dos problemas internos como agendas, compra de passagens e outras demandas,  
393 pois não tem como organizar tudo em Novembro e ainda realizar o evento. Aponta que seria inócua, não  
394 teria como trabalhar sem esse planejamento. O Conselheiro **ALTAIR** relata que não tem o escopo do



